



**EDITAL Nº 043/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ

**UASG Nº:** 453330

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na gestão técnica do parque semafórico, incluindo a modernização, implantação e manutenção preventiva e corretiva, objetivando manter o sistema em pleno funcionamento.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 13/07/2026 às 10h00 (horário de Brasília).

**REGISTRO DE PREÇOS:**

☐

SIM

☒

NÃO

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

☒

MENOR PREÇO

☐

MAIOR DESCONTO

☐

POR ITEM

☐

POR GRUPO/LOTE

☒

GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:**

☒

ABERTO

☐

ABERTO E FECHADO

☐

FECHADO E ABERTO

**PREFERÊNCIAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU EQUIPARADAS:**

☒

SIM

☐

NÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026**  
**(Processo Administrativo nº 9.165/2025)**

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE POÁ, por meio da Secretaria da Administração, sediada Av. Brasil, 198 - Centro, Poá - SP, 08561-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, processada sob o critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 8.409, de 05 de janeiro de 2024](#) e demais legislações aplicáveis, assim como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, a se realizar:

**DATA:** 13/07/2026

**HORA:** 10:00hs

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**CÓDIGO UASG:** 453330

## **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na gestão técnica do parque semafórico, incluindo a modernização, implantação e manutenção preventiva e corretiva, objetivando manter o sistema em pleno funcionamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal da Transportes e Mobilidade Urbana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DO PRAZO E MODELO DE EXECUÇÃO**

**2.1.** O prazo, modelo e demais detalhes atinentes a execução dos serviços são os que constam do termo de referência e na minuta de Contrato, Anexos I e III do presente Edital.

## **3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato oriundo desta licitação onerarão as dotações orçamentárias nº 636, do orçamento vigente, observado se for o caso, o princípio da anualidade.

**3.2.** O valor global máximo admissível para a pretensa contratação é de R\$ 1.800.000,00 ( Um milhão e oitocentos mil reais) e o valor unitário máximo admissível por item é aquele disposto na Planilha Orçamentária Referencial, parte integrante deste edital.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



**4.2.** Será admitida a participação de **pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consorcio**, observado o regramento constante do item 7.1. do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

**4.3.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

**4.8. Não poderão disputar esta licitação:**

**4.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**4.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.8.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.10.** O impedimento de que trata o item 4.8.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.11.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.8.2. e 4.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.12.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.13.** O disposto nos itens 4.8.2. e 4.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.14.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**4.15.** A vedação de que trata o item 4.8.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**5.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**5.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.4.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**5.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.6.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



**5.8.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.8.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.8.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.9.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.9.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** valor unitário e total do item;

**6.1.2.** Quantidade cotada (Não se admitindo cotações em quantidades inferiores ao total do item).

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.3.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





**6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.8.** Quando admitida a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na forma do regramento constante do item 4.7., as mesmas poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.10.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**6.11.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nesta licitação;

**6.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6.13.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

**6.14.** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.



## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** Em havendo desclassificação de Propostas, tal decisão deverá ser registrada no sistema, acompanhada de sua fundamentação, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.8.** O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS**.

**7.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.10.** O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

**7.12.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.13.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.14.** Será o presente Pregão Eletrônico processado em **MODO DE DISPUTA "ABERTO"** e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.





**7.15.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.16.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.17.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.18.** Quando da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na forma do regramento constante do item 4.7., uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**7.19.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.20.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.21.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.22.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.23.** Só poderá haver empate entre propostas iniciais.

**7.24.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.25.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.26.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.27.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas



vinete e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.28.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.29.** No caso de haverem itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.29.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.29.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.29.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.29.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.30.** Só poderá haver empate entre licitantes que tenham concorrido apenas com suas propostas iniciais (que não tenham formulado lances).

**7.31.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.32.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**7.32.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.32.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**7.32.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.32.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.33.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.33.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.33.2.** empresas brasileiras;

**7.33.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.33.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**7.34.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.35.** Tratando-se de licitação em lote/grupo de itens, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários estimados constantes do Termo de Referência como máximo admissível a fim de aceitabilidade.

**7.36.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.37.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.38.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.39.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis, a seu critério mediante solicitação fundamentada do licitante no chat, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.40.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **4.8.** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**8.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

**8.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**8.5.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**8.6.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.7.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.8.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.7. e 5.4. deste edital.

**8.9.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.10.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.10.1.** conter vícios insanáveis;

**8.10.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.10.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.10.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



**8.10.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.11.** Em se tratando de **licitação que verse sobre a compra de bens e/ou a contratação de serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.12.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.12.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.12.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.13.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.14.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.15.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.16.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.17.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.18.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.19.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.20.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.





**8.21.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.22.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.23.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os requisitos exigidos para fins de habilitação das licitantes encontram-se previstos no item 19 e subitens do Termo de Referência, anexo ao presente edital, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5.** Quando da participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.5.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**9.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou, ainda, por de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal ([art. 12, IV, da Lei nº 14.133/2021](#)).





**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**9.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**9.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**9.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.11.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**9.11.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**9.12.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**9.12.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**9.13.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.14.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**9.15.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**9.16.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



**9.17.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.18.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.19.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

**9.19.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.19.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.20.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.21.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.14.

**9.22.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.23.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**9.24.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**10.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nas dependências da Prefeitura do Município de Poá, situada à Av. Brasil nº 198 – centro – Poá, no Depto de Licitações e Contratos.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro promoverá o encaminhamento do processo licitatório à autoridade superior ou àquela que disponha de competência delegada, que no caso de concordância com os atos praticados, procederá a adjudicação e a homologação do objeto ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es).



## 12. DO CONTRATO

**12.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

**12.2.** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.2.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**12.3.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.4.** Quando convocada a subscrever o contrato, a adjudicatária deverá apresentar:

**12.4.1. Sicafe atualizado** ou;

**12.4.2.** Certidão Conjunta de Débitos atualizada, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social; Certidão comprobatória de regularidade atualizada relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT atualizadas.

**12.5.** A Minuta do Contrato a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante deste Edital – ANEXO III, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

**12.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**13.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**13.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**13.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**13.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**13.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**13.2.4.** deixar de apresentar amostra, ou;



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



- 13.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.2.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.2.7.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.2.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.2.9.** fraudar a licitação;
- 13.2.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**13.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.3.1.** advertência;
- 13.3.2.** multa;
- 13.3.3.** impedimento de licitar e contratar e;
- 13.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**13.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 13.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**13.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**13.6.** Para as infrações previstas nos itens 13.2.1., 13.2.2. e 13.2.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**13.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**13.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.1., 13.2.2. e 13.2.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.2.4., 13.2.5., 13.2.6., 13.2.7. e 13.2.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.2.1., 13.2.2. e 13.2.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**13.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.2.7., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**13.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.16.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





#### 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do **e-mail: [licita.11@poa.sp.gov.br](mailto:licita.11@poa.sp.gov.br)** ou por petição protocolizada diretamente na Divisão de Protocolo, em dias úteis, das 09h às 16h, situada à Avenida Brasil, nº 198 – Centro – Poá/SP.

**14.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**14.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

**15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**



**15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**15.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.poa.sp.gov.br/licitacoes/>.

**15.11.** Qualquer divergência entre as especificações contidas no Termo de Referência deste Edital e as constantes no CATMAT - Código de Material, do COMPRAS.GOV, prevalecerá para todos os efeitos as do Edital.

**15.12.** Na hipótese de não constar expressamente o prazo limite de validade das certidões, prevalecerá o prazo de 180 (Cento e Oitenta) dias, a contar da data de emissão do documento até a abertura da sessão licitatória, excetuados os atestados de capacidade técnica apresentados na forma do item 15.5.1. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, cujo prazo de validade será considerado indeterminado.

**15.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** - Termo de Referência

**ANEXO II** – Modelo de Proposta Comercial

**ANEXO III** – Minuta de Contrato

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ, 24 DE JUNHO DE 2026** - 76º Ano de sua Emancipação Político-administrativa.

**SAULO DE OLIVEIRA SOUZA**  
- Prefeito Municipal -



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA - **RETIFICADO**

(Processo Administrativo nº **9.165/2025**)

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

#### 1.OBJETO

**1.1** Contratação de empresa especializada na gestão técnica do parque semafórico, incluindo a modernização, implantação e manutenção preventiva e corretiva, objetivando manter o sistema em pleno funcionamento.

#### 2.DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**2.1A** CONTRATAÇÃO e seu objeto serão regidos pela legislação vigente, em especial:

- a)** Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI.
- b)** Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações posteriores.
- c)** Decreto Municipal nº 8.409, de 05 de janeiro de 2024.
- d)** Condições previstas no EDITAL do certame licitatório (ou no Aviso da Dispensa de Licitação, se o caso), em seus anexos e demais regulamentações aplicáveis;

#### 3.DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1A** presente contratação adotará como regime de execução por menor preço por global.

**3.1.1A** contratação ocorrerá da seguinte forma:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Gestão semafórica A (modernização e gestão)	Cruz./mês	10		
2	Gestão semafórica B (implantação e gestão)	Cruz./mês	3		
3	Elaboração de Projeto de Sinalização Semafórica	Proj.	13		
4	Coordenador Geral	h/mês	64		
TOTAL GERAL (R\$)					

#### 4.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



**4.1** Os estudos que identificaram as necessidades, e, definiram a propositura do presente procedimento licitatório como solução mais viável encontram-se nos Estudos Técnicos Preliminares, cuja elaboração se deu em estrita observância ao regramento constante da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aquele inserto no art. 14 do Decreto Municipal nº 8.409/2024.

## **5.DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS**

**5.1** O presente procedimento destina-se à contratação de serviços comuns de engenharia, assim considerados ante suas características e especificações objetivamente definíveis, padronizáveis, replicáveis e comparáveis, não envolvendo soluções técnicas nem desenvolvimento intelectual de grande relevância, em estrita observância aos preceitos entabulados por força do art. 6º, Inc. XXI, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **6.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**6.1** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no ETP- Estudo Técnico Preliminar, que antecede este Termo de Referência.

## **7.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**7.1.1.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consorcio conforme previsão constante do [art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), observado o seguinte regramento:

- a.** As licitantes reunidas em consorcio deverão apresentar conjuntamente aos documentos inerentes a habilitação jurídica Declaração de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todos os consorciados.
- b.** As licitantes reunidas sob a forma de consorcio deverão apresentar documento de indicação da empresa líder, que será a administradora do consórcio e representante das consorciadas, a qual ficará a testa de todas as tratativas eventualmente realizadas com esta Administração Municipal.
- c.** Ressalvadas as comprovações relativas à Habilitação Técnica e a Habilitação Econômico-Financeira, para as quais será admitida a somatória dos quantitativos



e dos indicadores apresentados por cada consorciado, na forma do art. 15, III da L.F. nº 14.133/2021, cada consorciada deverá atender individualmente às exigências de habilitação, e, a desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do CONSÓRCIO.

**7.1.2.**O licitante vencedor deverá apresentar à Administração Municipal, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 6.2.1. deste Termo de Referência.

**7.1.3.**Não será permitida a participação de membro consorciado em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente.

**7.1.4.**A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **7.2.DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.2.1.**A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato no todo ou em parte a terceiros, sob pena de rescisão do ajuste.

## **7.3.DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO**

**7.3.1.**Não haverá exigência de garantia para a contratação nos moldes preceituados pelo [artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **7.4.DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO**

**7.4.1**Tendo em vista que o objeto contratual refere-se à prestação de serviços técnicos especializados, contemplando além dos serviços de mão-de-obra, o fornecimento com implantação de materiais, há previsão de fornecimento de bens, marcas ou produtos, razão pela qual não se aplica, no presente caso, a vedação relativa à indicação de marcas, prevista no artigo 42 da referida Lei, uma vez que deverá ser atendido única e exclusivamente às especificações técnicas dos materiais.



## **7.5 REQUISITOS SOCIAIS**

**7.5.1** Durante a execução dos serviços nas dependências ou áreas públicas do Município de Poá, os profissionais eventualmente destacados pela CONTRATADA deverão observar conduta compatível com os princípios da urbanidade, ética e respeito no trato com servidores públicos e com o público em geral, prezando por atitudes como asseio pessoal, pontualidade, cooperação, discrição, respeito mútuo e zelo com o patrimônio público. Sempre que houver necessidade de comparecimento presencial, os colaboradores da CONTRATADA deverão portar identificação funcional visível, conforme as normas e orientações da Administração Pública Municipal.

## **7.6 REQUISITOS AMBIENTAIS**

**7.6.1** Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, afim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Município. A CONTRATADA deverá atender, quando da execução do objeto do contrato, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação pertinente, quando couber.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1** O objeto de que trata o presente Termo de Referência deverá ser executado pela CONTRATADA em conformidade com as seguintes definições do item 8.

### **8.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.2.1** O objeto será executado de forma direta pela empresa CONTRATADA, com base nos métodos e etapas descritas neste Termo de Referência, compreendendo:

- a)** Gestão da sinalização semafórica, incluindo a modernização da sinalização dos cruzamentos existentes em funcionamento, com a substituição de toda a sinalização, componentes e equipamentos; a implantação da sinalização nos cruzamentos existentes que estão desativados e a implantação de novos cruzamentos, conforme demanda do órgão de trânsito, com a instalação de





componentes e equipamentos; e a manutenção preventiva e corretiva dos cruzamentos em funcionamento, bem como implantação de Sistema de Identificação Semafórica (PIS);

- b) Projetos de Sinalização:** Desenvolvimento de projetos de sinalização semafórica para todos os cruzamentos, com todos os elementos necessários para a quantificação, contendo nível de detalhamento necessário para a execução da implantação dos materiais, dispositivos, equipamentos e demais elementos que compõe a sinalização semafórica;
- c) Serviços de engenharia de tráfego:** pertinentes à programação semafórica, análise de interferências que estejam interferindo no desempenho do cruzamento e demais serviços relativos ao cruzamento, como identificação de interferências e conflitos.

**8.2.2** Os serviços a serem contratados são exclusivamente de engenharia e estão discriminados abaixo:

- a) Modernização da Sinalização Semafórica:** Consiste na substituição de todos os elementos, materiais, componentes e equipamentos que compõe a sinalização semafórica, destinados aos locais que já são controlados por indicação luminosa.
- b) Implantação da Sinalização Semafórica:** Consiste na implantação de todos os elementos, materiais, componentes e equipamentos que compõe a sinalização semafórica, destinados aos locais onde atualmente não são controlados por indicações luminosas.
- c) Elaboração de Projeto de Sinalização Semafórica:** Consiste no desenvolvimento de projeto em nível de aprovação, com as propostas técnicas com soluções de engenharia de tráfego, contemplando detalhamento mínimo, a sinalização viária e resumo dos materiais a serem empregados e seu quantitativo. Os Projetos de sinalização deverão prever soluções em todos os níveis, podendo prever alterações e implementações em: Circulação viária; Geometria; Estacionamento e/ou parada; Sinalização vertical de regulamentação, advertência e indicação; Sinalização horizontal; Dispositivos Auxiliares e a Sinalização semafórica como principal.



**d)** Serviços especializados de Coordenador Geral: Consiste nos serviços técnicos/especializados para a análise dos cruzamentos semaforicos em função do fluxo, interferências e conflitos, bem como determinar os parâmetros da programação semaforica objetivando melhor desempenho do cruzamento. Englobam os serviços de vistorias técnicas para acompanhar o desempenho dos semáforos e possíveis melhorias que possam melhorar a segurança e fluidez. Os serviços de detecção de falhas e demais ocorrências também estão entre os serviços que podem ser desempenhados pelo Coordenador.

### **8.3 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS, COMPONENTES E EQUIPAMENTOS DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA**

**8.3.1** CABO flexível multipolar colorido tipo PP 2x1,0mm<sup>2</sup> para energização de botoeira.

**8.3.2** CABO flexível multipolar colorido tipo PP 3x1,5mm<sup>2</sup> para energização de fase semaforica pedestre.

**8.3.3** CABO flexível multipolar colorido tipo PP 4x1,0mm<sup>2</sup> para energização de fase semaforica veicular.

**8.3.4** CABO flexível multipolar colorido tipo PP 2x4mm<sup>2</sup> para ligação em rede elétrica de concessionária.

**8.3.5** CABO flexível 4mm<sup>2</sup> para aterramento de coluna semaforica.

**8.3.6** CABO aterramento tipo brasileirinho 10mm<sup>2</sup> para aterramento de controlador semaforico.

**8.3.7** CABO de 5 vias de 0,5mm<sup>2</sup> cada blindado com proteção UV e bitola externa entre 5 a 8mm.

**8.3.8** CAIXA de entrada de energia para disjuntor, na medida aproximada de 170 x 145 x 90 mm confeccionada em ferro fundido possuindo braquete para fixação.

**8.3.9** DISJUNTOR unipolar 30 amperes com suporte próprio para tensão de 220v e corrente de 30A.

**8.3.10** HASTE de aterramento em cobre com 1/2 x 10mm x 2m com grampo conector.

**a)** a quantidade de hastes para cada ponto ou cruzamento semaforizado, deverá ser a mínima necessária para que o sistema e as colunas estejam aterradas.



- 8.3.11** ISOLADOR tipo roldana classe pesada para fixação em poste e/ou coluna semafórica.
- 8.3.12** ABRAÇADEIRAS de Nylon na cor preta.
- 8.3.13** TERMINAL pré-isolado tipo forquilha TPF 16-14 AWG/MCM x 1,5 - 2,5mm<sup>2</sup>, conforme ABNTNBR-5370.
- 8.3.14** FITA de aço inox 19 mm x 30 m em caixa desenroladeira.
- 8.3.15** JUNTA de emenda encapsulada em gel pré-enchida para cabo PP 2x4mm<sup>2</sup>.
- a) Deverá vir acompanhado de grampo para emenda, chave hexagonal e duas abraçadeiras de nylon.
- 8.3.16** MUFLA em PVC para acomodação de cabo semafórico com 3 entradas cada uma com prensa cabos.
- a) Deverá possuir base de fixação em braquete.
- 8.3.17** CONECTOR elétrico barra sindal 12 Polos 600v-25 para cabo de até 10mm<sup>2</sup>, 50V a 450V e 70°C.
- 8.3.18** SUPORTE basculante de 4" confeccionado em alumínio para fixação de Grupo Focal em braço projetado.
- 8.3.19** SUPORTE simples tipo 101mm em policarbonato para fixação de grupo focal pedestre e/ou repetidor em coluna semafórica.
- 8.3.20** SUPORTE simples tipo 114mm em policarbonato para fixação de grupo focal pedestre e/ou repetidor em coluna semafórica.
- 8.3.21** SUPORTE duplo tipo 114mm em policarbonato para fixação de grupo focal pedestre e/ou repetidor em coluna semafórica.
- 8.3.22** SUPORTE simples tipo 127mm em policarbonato para fixação de grupo focal pedestre e/ou repetidor em coluna semafórica.
- 8.3.23** CAIXA com botoeira convencional de pedestre em caixa metálica para fixação em coluna semafórica.
- 8.3.24** CAIXA com botoeira inteligente para deficientes visuais, conforme o estabelecido nos padrões técnicos e critérios da Resolução CONTRAN nº 973/2022.
- 8.3.25** TAMPA com botão de comando para acionamento de fase semafórica do pedestre.



a) Deverá vir acompanhado, adesivo padrão EP-8 "para atravessar aperte o botão" para ser fixado na coluna.

**8.3.26** TAMPA metálica para furação de coluna Ø4"x6,0m (101mm, 111mm e 127mm).

**8.3.27** MÓDULO LED na cor vermelha, para fixação em foco semafórico veicular, voltagem 220VCA x 60hz.

**8.3.28** MÓDULO LED na cor amarela, para fixação em foco semafórico veicular, voltagem 220VCA x 60hz.

**8.3.29** MÓDULO LED na cor verde, para fixação em foco semafórico veicular, voltagem 220VCA x 60hz.

a) O LED deverá atender especificação ABNT NBR 15889/2010 e vir acompanhado de lente prismática e/ou fresnel, ambos acoplados em caixa Ø200mm em policarbonato para encaixe em Grupo Focal padrão SEMCO;

b) Garantia do funcionamento do LED de 1 ano.

**8.3.30** MÓDULO LED na cor verde/vermelho, para fixação em foco semafórico pedestre (boneco anda e para), voltagem 220VCA x 60hz.

**8.3.31** MÓDULO LED na cor verde com regressivo, para fixação em foco semafórico pedestre, voltagem 220VCA x 60hz.

a) O LED deverá atender especificação ABNT NBR 15889/2010, ambos acoplados em caixa Ø200mm em policarbonato para encaixe em Grupo Focal padrão SEMCO;

b) Garantia do funcionamento do LED de 1 ano.

**8.3.32** GRUPO Focal semafórico projetado (seção circular) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo LED 3xØ200mm com lente prismática e/ou fresnel, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019.

**8.3.33** GRUPO Focal semafórico projetado (seção circular) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo LED 3xØ200mm com lente prismática e/ou fresnel, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019 incluindo sinalizador regressivo auxiliar de 5x100mm verde e 5x100mm vermelho.



- a)** O Grupo focal deverá ser formado, além do conjunto de 3 focos de 200mm, também com 10 lâmpadas de 100mm led (5 verde e 5 vermelho), dispostos no anteparo em alumínio e parte eletrônica para comunicação com o controlador de tráfego.
- b)** O sinalizador regressivo deverá fazer parte do mesmo conjunto (Grupo Focal), onde o sinalizador regressivo deve ser controlador por uma interface basicamente formada de placa de circuito impresso com controle de sinalização auxiliar, proteções mecânicas e elétricas, terminais de conexão, caixa para acondicionamento, software e outros necessários para o perfeito funcionamento.
- c)** A comunicação deverá ser feita por meio dos controladores existentes e a CCO (quando houver), a fim de sincronizar o regressivo com o tempo restante (de verde e vermelho), de cada ciclo semaforico de tempo real demandado pela central, ou por controlador atuado ou não.
- d)** As 5 lâmpadas a led de 100mm devem acendem junto com a lâmpada de 200mm onde irão apagando em intervalos de tempos iguais de acordo com o tempo de fase (vd ou vm) ou via comando do controlador de trânsito eletrônico e ou da Central de tráfego – CCO.
- e)** Cada conjunto óptico veicular a led e cada foco do conjunto auxiliar deverão ser interligados com cabos de alimentação de seção mínima de 1,5mm<sup>2</sup>, com a terminação do cabo para fixação em barras de bornes de 2,5mm<sup>2</sup> em conectores modulares, a fim de garantir confiabilidade e segurança.
- f)** O Grupo Focal Veicular led com sinalização auxiliar regressiva deverão funcionar em qualquer controlador de trânsito eletrônico instalado.
- g)** Todos os grupos focais projetados deverão vir acompanhado de “anteparo” para melhoria da qualidade visual do semáforo com borda, tarja para daltônico e PIS em película refletiva na cor branca.
- h)** Deverá ser implantado Plano de Identificação Semaforica (PIS), com identificação no anteparo ou braço projetado, além do cadastro de todos os equipamentos em software próprio da empresa CONTRATADA, para controle de patrimônio em plataforma WEB. Os equipamentos deverão ser identificados com etiquetas RFID (identificação por rádio frequência), na qual cada componente tenha seu



cadastro individualizado e possibilidade de atualização quando da manutenção além do registro fotográfico.

**8.3.34**GRUPO Focal semafórico repetidor (seção circular) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo LED 3xØ200mm com lente prismática e/ou fresnel, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019.

**8.3.35**GRUPO Focal semafórico pedestre (seção quadrada) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo LED 2x200mm com lente prismática e/ou Fresnel e máscara (boneco) conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019.

**8.3.36**GRUPO Focal semafórico pedestre (seção quadrada) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo led 2x200mm (boneco verde e vermelho) e (regressivo no verde) com lente transparente, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019.

**8.3.37**CONTROLADOR semafórico de estágios, fases e tempos para até 8 fases.

- a) Permitir o controle de até 8 fases semafóricas independentes (convencional e gradativo), podendo estas serem programadas como veiculares ou pedestres;
- b) Permitir a ligação de pedestres paralelos, ou seja, permitir a ligação de focos veiculares e pedestres na mesma fase, obedecendo às respectivas sequências de cores;
- c) Permitir a programação de no mínimo 15 estágios ou 30 intervalos independentes;
- d) Permitir a programação em anéis ou controladores virtuais, com programação de tempos independentes;
- e) Possibilitar a programação de até 15 planos de tráfego, mais modo amarelo intermitente e modo apagado geral. A cada plano deverá ser permitido a programação de um valor para a defasagem de entrada, tempo de verde mínimo, verde máximo, extensão de verde, entreverdes e sequência de execução dos estágios;
- f) Permitir a troca de modos e planos de até 64 (sessenta e quatro) entradas de horários programáveis pelo dia da semana; datas especiais (feriados, etc.);
- g) Possuir no Painel:





1. Disjuntor das lâmpadas dos grupos focais: Ao desligar-se esse disjuntor, os circuitos lógicos do controlador continuam ativos e os mostradores visuais internos do controlador;
  2. Chave para solicitação do modo amarelo intermitente;
  3. Entrada para dispositivo de comando manual;
  4. Tomada auxiliar para alimentação elétrica de 15A (quinze Ampères), com proteção por fusíveis (no mínimo dois);
  5. Disjuntor Diferencial Residual;
  6. Dispositivo de Proteção contra Surtos – DPS.
- h) Possuir a referência do tempo para troca de planos obtida a partir de um relógio de tempo real baseado num cristal de quartzo com precisão de 1 (um) em 100.000 (cem mil), ou sincronizado pela frequência da rede elétrica 60Hz (sessenta Hertz).
- i) Possuir até quatro entradas opto-isoladas para botoeiras de pedestres. Possuir interface para oito laços virtuais por imagem (câmeras para atuação e contagem veicular);
- j) Possibilidade de ser conectado a uma Central de Tráfego, por meio dos seguintes padrões: GPS/GSM/GPRS. O Módulo de Comunicação deve estar acompanhado por proteções, que deverá proteger o controlador de qualquer tipo de ruído e descargas eletrostáticas. Permitir a interligação de até 540 controladores em Central de Tráfego para Monitoramento Remoto de Semáforos;
- k) No Sistema de Comunicação GPRS:
1. Permitir a comunicação entre o controlador e a Central de Controle e Monitoramento de Semáforos Rede Ethernet/Internet;
  2. Atualização de data e hora do controlador por meio de GPS usando as informações recebidas dos satélites, calculando de forma automática a entrada e saída do horário de verão;
  3. Configuração de parâmetros através de interface serial RS232 em memória não volátil e uso de comandos "AT";
  4. Duas antenas passivas: uma para recepção do sinal da antena de celular (GPRS) e outra para recepção do sinal dos satélites (GPS).



l)No Hardware:

- 1.Alimentação: 12V tolerância de  $\pm 20\%$ ;
- 2.Comunicação: TTL (5 volts) ou RS485 ou RS232.

m)Configuração:

- 1.GPRS através de comando "AT usando a porta serial RS232;
- 2.Temperatura de operação: 0°C a 60°C.

n)Especificação do GPRS

- 1.Quad-band GSM 850/900/1800/1900 MHz;
- 2.GPRS multi-slot class 10;
- 3.Compatível com GSM phase 2/2+;
- 4.suporta cartão SIM de 3V, com acesso a GPRS habilitado (data mode);

o)Especificação do GPS:

- 1.Sensibilidade GPS: - 150dBm;
- 2.Antena GPS suporta antena ativa ou passiva (Máximo 10dbm e ganho máximo de 36dB);
- 3.Canais GPS em operação simultânea com até 12 canais (satélites);
- 4.Temperatura de operação: 0°C a 60°C.

p)Falhas:

- 1.Possuir auto-diagnóstico de falhas com informação através do display, e acionamento do modo amarelo intermitente para falhas graves (segurança).  
Possuir recurso de auto-reset para falhas não permanentes;
- 2.Possuir monitoramento contínuo nos focos vermelhos das fases veiculares (no mínimo). Na ausência de vermelho, o controlador deve passar para o modo intermitente, ou, informar o erro;



3.A constatação da presença de verdes conflitantes deve induzir o controlador a operar em modo amarelo intermitente, em no máximo 500ms (quinhentos milissegundos);

q)Outras especificações:

- 1.Possibilitar o acionamento de lâmpadas LED e módulos LED's através de componentes de estado sólido (TRIACs) com capacidade para 10A (dez Ampéres, no mínimo) por fase. Proteção através de fusíveis, na saída para cada fase;
- 2.Modos de Operação em Intermitente, Manual, Coordenado, Atuado e Centralizado;
- 3.Possui programador incorporado ao controlador ou externo via conexão cabeada, por meio de programador convencional ou laptop.

r)Central de Controle Semafórico (CCS)

- 1.Instalação de equipamento de comunicação remota tipo GPRS nos controladores, comunicando o equipamento com a CCS da CONTRATADA, a qual será responsável pelos custos de telefonia.
- 2.A Central de Controle Semafórico deverá ter capacidade de efetuar o "reset" no controlador de forma remota e ter capacidade de monitorar e detectar:
  - status do controlador;
  - porta aberta;
  - realização de programação semafórica;
  - status do controlador.
- 3.A contratada deverá dispor de software de controle das manutenções em plataforma Web com mapa exclusivo do município

**8.3.38**MÓDULO de detecção veicular (laço virtual) para controlador de até 8 fases.



**8.3.39**GABINETE para acomodação de módulo de interface com fonte de alimentação e disjuntor de proteção. Deverá possuir porta com chave e suporte para fixação em coluna semaforica.

**8.3.40**CÂMERA de detecção veicular por imagem para até 4 faixas de tráfego (laço virtual).

- a) Detecta em pistas múltiplas e faz uso de zonas de presença sensíveis à direção;
- b) Permite posicionar e verificar exatamente as zonas de detecção de presença de veículos;
- c) Detecção simultânea de uma até quatro zonas;
- d) Comunicação via interface 1TI, 4TI ETH, 4TI ETH EDGE;
- e) Distância de detecção de 15 a 75m;
- f) Tensão operacional de 12 - 26 V CA/CC;
- g) Fabricação em alumínio;
- h) Montada verticalmente com as dimensões 45x16x12 cm;
- i) Montada horizontalmente com as 41x18x12 cm.

**8.3.41**MÓDULO de interface-conversor de sinal (câmera x controlador) para 4 câmeras.

- a) Por meio de navegador da web, possibilita monitorar em tempo real por streaming de vídeo da placa detectora;
- b) Conexão com monitor de vídeo para configuração amigável do posicionamento e detecção de zona, sem uso de computador;
- c) Compatível com controladores de tráfego de diversas marcas;
- d) Conexão EDGE (NEMA TS 2-1992) de 22 pinos em fila dupla;
- e) 6 saídas de vídeo compostas - 1 Vptp RS-170(A) / CCIR Fonte de Alimentação Botão Reiniciar no painel frontal;
- f) Comunicação Ethernet (TCP/IP);
- g) Indicadores LED de diagnóstico automático;
- h) Porta de controle para teclado, porta de comunicação RS-232 RS-485 (polling das placas detectoras).

**8.3.42**POSTE base para controlador semaforico, conforme especificação CET-ET-SS-03.



**8.3.43** POSTE Ø4"x6,0m (101mm) para grupo focal repetidor, conforme especificação CET-ET-SS-03.

**8.3.44** POSTE Ø4½"x6,0m (114mm) para braço projetado, conforme especificação CET-ET-SS-03.

**8.3.45** POSTE Ø5"x6,0m (127mm) simples para braço projetado, conforme especificação CET-ET-SS-03.

**8.3.46** POSTE Ø5"x6,0m (127mm) duplo para braço projetado, conforme especificação CET-ET-SS-03.

**8.3.47** COLUNA Ø4"x6,0m (101mm) extensora, conforme especificação CET-ET-SS-03.

**8.3.48** BRAÇO projetado 4,0m metálico para sinalização semafórica, conforme especificação CET-ET-SS-03.

**8.3.49** BRAÇO projetado 5,0m metálico para sinalização semafórica, conforme especificação CET-ET-SS-03.







**8.3.50** BRAÇO projetado 6,0m metálico para sinalização semafórica, conforme especificação CET-ET-SS-03.

a) As colunas e braços devem ser galvanizados à fogo, resistentes à ferrugem e garantia de no mínimo 10 anos.

**TABELA 2 – FOTOS DOS COMPONENTES DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA**

SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	
	
Cabo tipo PP	Cabo 4mm <sup>2</sup>
	



Cabo 10mm <sup>2</sup>	Cabo 5 vias
	
Caixa de entrada de energia	Isolador tipo roldana
	
Terminal forquilha	Junta de emenda
	
Mufla em PVC	Abraçadeira de nylon
	
Disjuntor unipolar	Haste e conector de aterramento





	
<p>Conector elétrico</p>	<p>Suporte Basculante</p>
	
<p>Suporte Simples</p>	<p>Suporte duplo</p>
	
<p>Caixa botoeira convencional</p>	<p>Caixa botoeira sonora</p>
	
<p>Botão convencional</p>	<p>Controlador de tráfego</p>



	
gabinete interface câmera/controlador	Módulo de interface
	
Câmera detecção veicular	Módulo LED (pedestre)
	
Módulo LED (veicular)	Módulo LED pedestre regressivo
	
Grupo focal veicular projetado "T"	Grupo focal veicular projetado "I"



	
Grupo focal veicular repetidor	Grupo focal pedestre
	
Grupo focal pedestre com regressivo	Coluna simples
	
Coluna dupla	Coluna extensora e braço projetado

## 8.4 DAS ESPECIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA

### 8.4.1 Gestão da Sinalização Semafórica

#### a) Coordenador Geral:

- Profissional com formação mínima em nível superior, com especialidade em gestão de engenharia e operação de trânsito. Será o responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos técnicos e deverá prestar consultoria e fornecer pareceres para implantação de novos semáforos ou



adequação dos existentes, manter- se atualizado nas novas tecnologias semafóricas disponíveis no mercado.

- Coordenar na implantação, alteração e manutenção da programação dos controladores e do sistema semafórico como um todo, supervisionar “in loco”, os serviços técnicos de implantação, manutenção preventiva e corretiva externa e de laboratório, promovendo estudos visando orientar a STMU sob intervenções necessárias e promover apoio técnico para desenvolvimento de projetos, além das atribuições a seguir relacionadas que deverão ser executadas por este profissional:

- a1) Será o responsável direto pela empresa para supervisão dos serviços;
- b1) Coordenar equipes envolvidas diretamente com o serviço;
- c1) Elaboração de relatórios diários e mensais;
- d1) Disponibilidade para reuniões sobre andamento e aprimoramento dos serviços;
- e1) Estudos de campo para melhorar o desempenho dos cruzamentos/interseções semaforizadas.

#### **8.4.2 Implantação e Manutenção da Sinalização Semafórica**

##### **a) Técnico eletroeletrônico:**

- Profissional com formação mínima em nível médio, com técnico em Eletrônica ou Eletrotécnico devidamente registrado em entidade de classe. Sua principal atribuição é efetuar a recuperação operacional dos equipamentos de sinalização semafórica em laboratório. Ter conhecimento de eletricidade e eletrônica suficiente para permitir desempenhar a contento, todas as atribuições citadas e estar habilitado a fazer ligações em componentes microprocessados. Possuir experiência mínima de 05 (cinco) anos de atuação na área de eletroeletrônica, além das atribuições relacionadas a seguir que deverão ser executados por este profissional:
  - a1) Manutenção de laboratório;



b1) Inserir as programações semaforicas nos controladores semaforicos disponibilizadas e autorizadas pela CONTRATADA.

**b) Técnico Semaforico (Eletricista):**

- Profissional com formação mínima em nível médio. Possuir cursos em eletricidade e ter experiência mínima de 05 (cinco) anos de atuação na área de manutenção semaforica. Sua atribuição principal é efetuar a recuperação operacional dos equipamentos de sinalização semaforica. Deve estar capacitado a interpretar projetos de sinalização semaforica, ter conhecimento de eletricidade suficiente para permitir desempenhar a contento, todas as atribuições citadas, e estar habilitado a fazer ligações em redes elétricas. Deverá apresentar Certificado de Conclusão de ensino médio e qualificação básica em Eletrotécnica ou Eletrônica. Sua experiência mínima deve ser 05 (cinco) anos de atuação na área de Eletricidade, comprovados através de Carteira de Trabalho (CTPS) que deverá ser apresentada antes do início dos trabalhos objeto desta contratação. Possuir e apresentar as NR's 10 e 35, além das atribuições a seguir relacionadas que deverão ser executadas por este profissional:

- a1) Manutenção preventiva;
- b1) Manutenção corretiva;
- c1) Manutenção emergencial;
- d1) Apoiar o técnico controlador nos serviços de laboratório;
- e1) Implantação de novos cruzamentos;
- f1) Inserir as programações semaforicas nos controladores semaforicos disponibilizadas e autorizadas pela CONTRATADA;
- g1) Registrar Planilhas de ocorrências e implantação de dutos subterrâneos em cruzamentos novos e existentes.

**c) Ajudante Geral:**

- Profissional com formação mínima em nível médio. Sua principal função é atuar conjuntamente com o Eletricista para o restabelecimento do sistema de





sinalização semafórica. Deve ter conhecimentos de eletricidade para desempenhar adequada e eficientemente todas as suas atribuições, e estar habilitado para fazer ligações em redes elétricas, bem como, implantações e manutenções de colunas, implantação e manutenção de tubulações subterrâneas e caixas de passagem dos conjuntos semafóricos, quando for o caso, entre outras pequenas obras necessárias. É responsável pela condução do veículo e execução de sinalização de segurança no local da manutenção. Deverá apresentar Certificado de Conclusão de ensino fundamental e qualificação básica, em Eletrotécnica ou Eletrônica. Possuir experiência mínima de 05 (cinco) anos na área de Eletricidade. Apresentar as NR's 10 e 35.

d) Motorista

- Profissional com formação mínima em nível médio. Sua principal função é na condução de caminhão plataforma. Deverá possuir habilitação (CNH) categoria C. Deverá auxiliar quando veículo estiver estacionado, sinalizando a via com cones, auxílio na organização e carregamento de materiais e ferramentas, acionando a plataforma quando necessário, e demais serviços correlatos.

## 8.5 DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

### 8.5.1 Equipamentos

- a) Caminhão tipo Guindauto: Caminhão com carroceria aberta, lotação (carga útil máxima incluindo condutor, passageiros e munck) 8 (oito) toneladas, com equipamento guindaste munck com 13 m de altura e 10 m de horizontal, sinalização de alerta visual giratório (amarelo âmbar), instalado adequadamente para sinalização de segurança, dístico identificando o nome da empresa CONTRATADA em suas portas.
- b) Caminhão Plataforma Elevatória: Caminhão com carroceria aberta, com lotação (carga útil máxima, incluindo condutor e passageiros) 6 (seis) toneladas, com sinalização de alerta visual giratório (amarelo âmbar), dístico identificando o





nome da empresa CONTRATADA em suas portas. O caminhão deverá conter 1 (uma) plataforma elevatória com proteção lateral montada sobre a carroceria do caminhão para pessoas e carga, com capacidade mínima de 250 Kg, área mínima de 3 m<sup>2</sup> e que alcance uma altura de 8 m do solo.

### **8.5.2 Ferramentas**

- a)01 (uma) Escada articulada em alumínio, com altura mínima de 3,50 metros;
- b)01 (um) kit, composto de multímetro, alicate, chave de fenda, arqueadeira, etc;
- c)01 (um) kit Gerador de energia, cabo de extensão, lâmpadas para iluminação;
- d)01 (um) kit Rompedor;
- e)01 (um) kit Máquina para fusão em fibra óptica;
- f)01 (uma) kit Cavadeira, picareta, enxada, pá, etc;
- g)E demais materiais necessários para o desempenho de suas funções, bem como todos os EPI's e EPC's necessários e obrigatórios.

### **8.6 DA CARGA HORÁRIA**

#### **8.6.1 A carga horária de cada profissional e equipe:**

- a)Coordenador Geral: Em dias úteis das 09 às 16:00h;
- b)Equipe Controlador: Em dias úteis das 08 às 17:00h;
- c)Equipe infraestrutura: Em dias úteis das 06 às 23:00h.

**8.6.2 A** carga horária estabelecida no item anterior, se aplica para as atividades de modernização, implantação e manutenção da sinalização semafórica, podendo a contratada prolongar o intervalo caso necessário.

#### **8.6.3 Horários extraordinários:**

- a)Para situações de eventos, obras ou situações que justifiquem os serviços, apoio ou plantão da equipe de infraestrutura e/ou controlador deverá ser feita mediante expedição de Ordem de Serviço com 5 dias de antecedência.



b)As situações acima descritas limitam-se apenas quando da necessidade de equipe para interferir na sinalização semafórica, em casos devidamente justificados.

## **8.7DOS LOCAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**8.7.1**A execução do serviço se dará no Município de Poá, nos seguintes endereços, objeto a gestão da sinalização semafórica.

a)Gestão semafórica A (modernização e gestão):

- 1.Av. Pref. Jorge Francisco Corrêa Allen x Av. Brasil x Rua 26 de Março;
- 2.Av. Brasil x Rua José de Oliveira Gomes;
- 3.Av. Brasil x Av. Getúlio Vargas;
- 4.Av. Brasil x Rua 7 de Setembro;
- 5.Av. Antonio Massa x Rua Vicente Guida;
- 6.Av. Lucas Nogueira Garcez x Rua Tocantins;
- 7.Av. Antonio Massa (Praça de Eventos);
- 8.Av. Leonor Bolsoni Marques da Silva x Rua Camélia;
- 9.Av. Getúlio Vargas x Rua Pe. Eustáquio.
- 10.Rua João Pekny x Rua Nelson Ferreira

b)Gestão semafórica B (implantação e gestão):

- 1.Av. Cap. Francisco Inácio x Av. Nove de Julho;
- 2.Av. Vital Brasil x Av. Antonio Massa;
- 3.Av. Dep. Castro de Carvalho x Rua Mal. Floriano Peixoto;

**8.7.2**A relação dos semáforos para implantação (8.7 - DOS LOCAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), subitem "b" poderá ser alterada e substituída pela relação do subitem "c", onde a definição se dará por meio da Ordem de Serviço.

**8.7.3**As interseções não semaforizadas, relacionadas no capítulo 4 do ETP que não fazem parte da relação das interseções (tabela 3 e 4) poderão ser incluídas a partir do 13º mês, por meio de aditamento, nas hipóteses de necessidade da contratante, respeitando o limite estabelecido na legislação, conforme demonstrado no ETP.



**8.7.4** Poderão ser incluídos ou alterados os endereços mencionados no item anterior, quando do aditamento para novas implantações.

**8.7.5** Farão parte do parque semafórico, conseqüentemente do objeto do contrato nos serviços de gestão semafórica (manutenção preventiva e corretiva), os novos cruzamentos semaforizados que foram implantados, por meio de Termos de Compromisso, resultado de medidas mitigadoras de Empreendimentos geradores de Tráfego.

**8.7.6** A CONTRATANTE, por meio da STMU expedirá Ordem de Serviço para início da realização dos seguintes serviços em até 15 dias da data de assinatura do contrato para:

- a)** Modernização da sinalização semafórica com a relação das interseções;
- b)** Implantação da sinalização semafórica com a relação das interseções;
- c)** Gestão da sinalização semafórica a partir da deflagração, que valerá para o período contratual a partir do prazo estipulado na OS.;
- d)** Gestão da sinalização das interseções que foram objeto de medidas mitigadoras (PGT) com início imediato, porém permitindo inclusão na planilha de medição após 12 meses da data de deflagração do cruzamento semaforizado;
- e)** Elaboração dos projetos de sinalização semafórica;
- f)** Serviços executados pelo Coordenador Geral, o qual valerá para todo o período contratual.

**8.7.7** Os serviços de coordenador geral terão atendimento nos cruzamentos resultado destas medidas mitigadoras, sem o aumento da hora mensal.

**8.7.8** Os projetos de sinalização semafórica para os cruzamentos mencionados no item 8.7., serão absorvidos pela empresa CONTRATADA.

## **8.8 DAS DEFINIÇÕES**

### **8.8.1 Manutenção Preventiva:**

Entende-se por Manutenção Preventiva, os aspectos que não influam diretamente na operacionalidade do equipamento, de forma a não comprometer a segurança e a fluidez viária.

### **8.8.2 Manutenção Corretiva:**



Entende-se por Manutenção Corretiva, a situação de anormalidade do equipamento que, no entanto, não necessite de intervenção imediata. Exemplos: Grupo focal e braço projetado com alteração de posição; Módulo Led no modo intermitente; Módulo Led queimadas e botoeiras com defeitos.

#### **8.8.3 Manutenção Emergencial:**

Entende-se por Manutenção Emergencial, as ocorrências que comprometam a segurança e/ou fluidez do trânsito e que necessitem de intervenção imediata. Exemplos: Grupo focal, braço projetado e coluna semafórica com risco de queda; Grupo focal e braço projetado virado ocasionando informação semafórica falsa ou conflitante; Semáforos inoperantes; Amarelos piscantes; Semáforos travado em uma só cor e Falta de sincronismo que comprometa a segurança e a fluidez do trânsito.

#### **8.8.4 Manutenção em laboratório:**

Entende-se por Manutenção em Laboratório, os serviços de reparo, testes, diagnósticos, identificação de defeitos, remoção de falhas, com ajustes e/ou substituição de peças, componente e/ou partes defeituosas, de acordo com as normas técnicas, da boa técnica, utilizando sempre peças e componentes originais. A CONTRATADA deverá dispor de todos os recursos necessários para execução dos serviços, quer seja: osciloscópio, multímetro, extrator de componentes eletrônicos, ferro de solda, chave de fenda, chave Philips, kit chave relojoeiro, alicate, alicate amperímetro, giga de testes (eletro-eletrônico e de lâmpadas para 8 fases), etc. Aplica-se neste item, a manutenção de controladores semafóricos, incluindo seus módulos. Os custos de mão de obra e de materiais necessários a esta manutenção, são da empresa CONTRATADA.

#### **8.8.5 Implantações:**

Entende-se por serviços programados de implantação de novos conjuntos semafóricos, colunas semafóricas, grupos focais, inclusive montagens, controlador semafórico; cabos de energia, cabos de sincronismo em par metálico e/ou fibra óptica;



duto subterrâneos em cruzamentos novos e existentes. Neste caso, os materiais e equipamentos serão de fornecimento da CONTRATADA.

## 8.9DA ESTIMATIVA DE MATERIAIS

**8.9.1** Para fins de estimativa de custo, a tabela 3 e 4, apresentam a quantidade aproximada de materiais para cada interseção semaforizada para os serviços de modernização e implantação da sinalização semafórica.

**TABELA 3 – ESTIMATIVA DE ITENS (GESTÃO SEMAFÓRICA A - MODERNIZAÇÃO)**

Nº	ENDEREÇO	CTR 4F	CTR 6F	CTR 8F	CS.0	CS.1	CS.2	C.E.	B.P.	S.A.
1	A1			1	4		3	3	3	1
2	A2				3	2		1	2	1
3	A3		1		4	2			2	1
4	A4		1		6	6	1	2	2	1
5	A5		1		8		4	6	4	1
6	A6	1			4	2		2	2	1
7	A7	1			3		1	2	1	1
8	A8	1			1	1		1	1	1
9	A9		1		5	3	1	2	4	1
Nº	ENDEREÇO	S.F	CB	BOT-1	BOT-2	GF-P	GF-PR	GF-R	GF-PD	CLV
1	A1	X	350		2	1	2	2	4	
2	A2	X	350				2	4	2	1
3	A3	X	350	1		3		5	2	3
4	A4	X	400		6		2	4	4	1
5	A5	X	450	6			4	4	10	
6	A6	X	300	2			2	4	4	1
7	A7	X	250		2		1	3	4	1
8	A8	X	200		2		1	1	2	
9	A9	X	350	8		2	2	4	8	2

**TABELA 4 – ESTIMATIVA DE ITENS (GESTÃO SEMAFÓRICA B - IMPLANTAÇÃO)**

Nº	ENDEREÇO	CTR 4F	CTR 6F	CTR 8F	CS.0	CS.1	CS.2	C.E.	B.P.	S.A.
1	B1		1		6	1	1	4	2	1
2	B2			1	6	5	1	3	6	1
3	B4		1		4	2	2	2	2	1
4	B4	1			1	1	1	1	2	1
Nº	ENDEREÇO	S.F	CB	BOT-1	BOT-2	GF-P	GF-PR	GF-R	GF-PD	CLV
1	B1	X	300	2			2	4	6	2
2	B2	X	500	6		2	4	6	12	4
3	B3	X	350	4		2	2	4	4	4
4	B4	X	250			2		3		3



**8.9.2** Para identificação dos materiais relacionados nas tabelas anteriores, abaixo apresenta-se a legenda para cada item ou grupo de itens:

- a)** CTR 4F: Controlador de Tráfego 4 fases (item 8.3.37)
- b)** CTR 6F: Controlador de Tráfego 4 fases (item 8.3.37)
- c)** CTR 8F: Controlador de Tráfego 4 fases (item 8.3.37)
- d)** CS.0: Coluna Semafórica 101 (itens 8.3.42 e 8.3.43)
- e)** CS.1: Coluna Semafórica 114/127 (itens 8.3.44 e 8.3.45)
- f)** CS.2: Coluna Semafórica 127 2 bocas (item 8.3.46)
- g)** C.E: Coluna extensora (item 8.3.47)
- h)** B.P: Braço Projetado (itens 8.3.48; 8.3.49 e 8.3.50)
- i)** S.A: Sistema de aterramento (itens 8.3.5; 8.3.6; 8.3.10)
- j)** S.F: Suportes de Fixação (itens 8.3.18 a 8.3.22)
- k)** CB: Cabeamento diversos (itens 8.3.1; 8.3.2; 8.3.3; 8.3.4; 8.3.6)
- l)** BOT-1: Botoeira (itens 8.3.23 ou 8.3.25)
- m)** BOT-2: Botoeira sonora (item 8.3.24)
- n)** GF-P: Grupo Focal Projetado (item 8.3.32)
- o)** GF-PR: Grupo Focal Projetado Regressivo (item 8.3.33)
- p)** GF-R: Grupo Focal Repetidor (item 8.3.34)
- q)** GF-PD: Grupo Focal Pedestre (itens 8.3.35 e 8.3.36)
- r)** CLV: Câmera Laço Virtual (itens 8.3.7; 8.3.38; 8.3.39; 8.3.40 e 8.3.41)

**8.9.3** Os itens não incluídos nas tabelas 3 e 4, referem-se à materiais sobressalentes para manutenção e também itens obrigatórios como, módulos LED, caixa de entrada de energia, disjuntor, abraçadeiras, fitas, kit de emenda, entre outros, que também deverão fazer parte dos serviços de modernização, implantação e manutenção.

## **9.DAS AMOSTRAS E PROVA DE CONCEITO**

**9.1** A empresa vencedora deverá ser convocada no próprio ato, para no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para entregar as seguintes amostras para avaliação:





- a)(item 8.3.15) JUNTA de emenda encapsulada em gel pré-enchida para cabo PP 2x4mm<sup>2</sup>.
- b)(item 8.3.24) CAIXA com botoeira inteligente para deficientes visuais, conforme o estabelecido nos padrões técnicos e critérios da Resolução CONTRAN nº 973/2022.
- c)(item 8.3.32) GRUPO Focal semafórico projetado (seção circular) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo LED 3xØ200mm com lente prismática e/ou fresnel, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019.
- d)(item 8.3.33) GRUPO Focal semafórico projetado (seção circular) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo LED 3xØ200mm com lente prismática e/ou fresnel, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019 incluindo sinalizador regressivo auxiliar de 5x100mm verde e 5x100mm vermelho.
- e)(item 8.3.36) GRUPO Focal semafórico pedestre (seção quadrada) tipo SEMCO em policarbonato, com módulo led 2x200mm (boneco verde e vermelho) e (regressivo no verde) com lente transparente, conforme especificação CET-SE-29 e ABNT NBR 15889/2019.
- f)(item 8.3.37) CONTROLADOR semafórico de estágios, fases e tempos para até 8 fases e Central de Controle Semafórico (CCS);
- g)(item 8.3.40) CÂMERA de detecção veicular por imagem para até 4 faixas de tráfego (laço virtual).

**9.2A** amostras apresentadas serão avaliadas pelo(s) técnico(s) da Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana, se limitando na análise visual e de funcionamento, por meio de Prova de Conceito (PoC).

**9.3O** anexo I do Termo de referência traz o formulário dos materiais/itens a serem verificados.

## **10.SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

### **10.1Execução**

**10.1.1**Os trabalhos, objeto desta licitação, deverão ser executados pelos profissionais da CONTRATADA devidamente qualificados, conforme o item 8.4 deste Anexo, munidos de equipamentos e de todos os recursos necessários e compatíveis com as funções que serão exercidas por cada profissional pertinentes ao contrato.



**10.1.2** Em casos de Manutenção Emergencial, as Equipes Controlador e de Infraestrutura, poderão ser acionadas fora dos horários estabelecidos no item 3.3 deste Anexo, para solução de problemas técnicos, mantendo disponível em regime de plantão, todos os equipamentos, veículos e demais itens necessários para execução dos serviços. Além do exposto, em alguns casos que se fizerem necessários, o Supervisor poderá ser chamado fora do horário pré-estabelecido, ficando a critério exclusivo da STMU.

**10.1.3** As Equipes Controlador e de Infraestrutura, quando acionados atendimento de Manutenção Emergencial, deverão fazê-lo em até 30 (trinta) minutos após a solicitação da STMU. Nos casos em que forem solicitados esses atendimentos após os horários estabelecidos no item 8.6.1, o prazo máximo será de 6 (seis) horas após a solicitação feita pela STMU.

**10.1.4** Os demais serviços de manutenção preventiva, corretiva e implantação, serão estabelecidos na Ordem de Serviço com prazo de início não inferior à 5 dias corridos da data de recebimento pela CONTRATADA.

## **10.2** Manutenções Preventivas

**10.2.1** A Equipe Controlador deverá executar as seguintes atividades:

- a) Limpeza interna do controlador;
- b) Limpeza dos focos;
- c) Reaperto das borneiras;
- d) Refazer emendas dos cabos quando necessário;
- e) Levantamento do número de série dos controladores e módulos;
- f) Verificação dos Laços Detectores ou Câmeras de Laço Virtual (se houver);
- g) Verificação das Botoeiras;
- h) Verificação dos Nobreaks (bateria, carregador-flutuador), quando houver;
- i) Verificação das Redes de Comunicação (quando houver);
- j) Verificação das condições de aterramento (hastes, cabo, conectores, etc.);
- k) Demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos objeto desta licitação;
- l) Emissão de relatório das atividades executadas pelos profissionais pertinentes ao contrato;



m) Central de Tráfego (hardware e software), se houver.

**10.3** Manutenções corretivas:

- a) Troca de módulos que apresentem problemas de comunicação;
- b) Troca de módulos que não configurem emergência;
- c) Troca de controlador;
- d) Troca de dispositivo protetor contra descargas atmosféricas.
- e) Troca de módulos responsável por acionamento de laço detector ou botoeira;
- f) Troca de botoeira;
- g) Redes de comunicação, quando houver;
- h) Nobreaks (bateria, carregador-flutuador), quando houver;
- i) Inserir Programação disponibilizada pela STMU e/ou desenvolvida pela CONTRATADA;
- j) Aterramento (hastes, cabo, conectores, etc.)
- k) Demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos objeto desta licitação;
- l) Emissão de relatório das atividades executadas pelos profissionais pertinentes ao contrato;
- m) Central de Tráfego (hardware e software), se houver.

**10.4** Manutenções emergenciais:

- a) Troca de módulos;
- b) Troca de Controlador;
- c) Revisão dos cabos de alimentação;
- d) Inserir programação;
- e) Restabelecer o funcionamento normal do cruzamento;
- f) Demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos objeto desta licitação;
- g) Emissão de relatório das atividades executadas pelos profissionais pertinentes ao contrato;
- h) Central de Tráfego (hardware e software), se houver.



## **10.5** Implantação:

**10.5.1** Os serviços deverão ser executados mediante programação de implantação de novos conjuntos semaforicos autorizados e fornecidos pela STMU. Neste caso, os materiais e equipamentos, serão de fornecimento da CONTRATADA.

## **10.6** Manutenção Laboratório:

**10.6.1** A CONTRATADA deverá montar e manter, às suas expensas, um laboratório eletrônico devidamente equipado, com instrumentação de testes, diagnósticos e de controle de qualidade, com equipe técnica e meios capazes de garantir os reparos eletrônicos e providenciar, às suas expensas, o descarte legal dos componentes eletrônicos que foram substituídos durante a manutenção.

## **10.7** Equipe Infraestrutura:

### **10.7.1** Manutenção Preventiva

A equipe CONTRATADA deverá realizar os serviços, englobando:

- a) Cabos de energização do controlador e dos grupos focais;
- b) Grupos Focais;
- c) Lentes;
- d) Anteparo;
- e) Borrachas de vedação;
- f) Suportes, Parafusos, Braçadeiras;
- g) Conectores Múltiplos para Condutor Elétrico;
- h) Módulos LED.

### **10.7.2** Manutenção Corretiva/Reimplantação

A equipe CONTRATADA deverá realizar os serviços, englobando:

- a)** Troca de Módulos LED;
- b)** Alinhamento de colunas;
- c)** Colunas;
- d)** Grupos focais inclusive montagem;



- e)**Controlador;
- f)**Nobreak (quando houver);
- g)**Cabos de Energia;
- h)**Cabos de Sincronismo;
- i)**Passagem de cabos de energia;
- j)**Passagem de cabos de sincronismo, par metálico;
- k)**Passagem de cabos de sincronismo, fibra óptica;
- l)**Emendas em cabos de sincronismo e de energia;
- m)**Dutos Subterrâneos obstruídos (quando houver);
- n)**Desobstruir/Refazer os dutos nas travessias das vias e calçadas (quando houver);
- o)**Caixas de passagem (quando houver);
- p)**Troca ou reforma de toda a Caixa (quando houver);
- q)**Confecção e/ou troca de Tampa (quando houver);
- r)**Limpeza;
- s)**Verificação quanto à drenagem.

### **10.7.3**Manutenção Emergência

Caso seja acionado pelo CONTRATANTE ou CONTRATADA, a "Equipe de Infraestrutura" deverá realizar os serviços, englobando:

- a)**Troca de Lâmpada ou Leds (em caso de amarelo piscante);
- b)**Revisão e troca, se necessário, dos cabos de alimentação;
- c)**Revisão e troca, se necessário, dos grupos focais;
- d)**Restabelecer o funcionamento normal do cruzamento.
- e)**Remoção de colunas e braços projetados em casos de abalroamento, onde há riscos de quedas ou que ofereça riscos a condutores e pedestres;
- f)**Reimplantação (quando configurar emergência)
- g)**Colunas;
- h)**Grupos focais inclusive montagem;
- i)**Controlador;
- j)**Nobreak (quando houver);



- k)** Câmera de laço virtual (quando houver);
- l)** Cabos de Energia;
- m)** Cabos de Sincronismo em Par Metálico e/ou Fibra Óptica.

#### **10.7.4** Implantação de novos cruzamentos

A equipe CONTRATADA deverá realizar os serviços, englobando:

- a)** Projeto de Sinalização Semafórica;
- b)** Colunas;
- c)** Braços Projetados;
- d)** Grupos focais, inclusive montagem;
- e)** Controlador Semafórico;
- f)** Cabos de Energia;
- g)** Cabos de Sincronismo em Par metálico e/ou Fibra Óptica;
- h)** Adequação de posicionamento de controladores;
- i)** Aterramento do sistema;
- j)** Ligação com o sistema de energia;
- k)** Conexão e emendas de cabos de energia e de sincronismo;
- l)** Demais serviços necessários para o perfeito funcionamento;
- m)** Vistorias quanto à vegetação atrapalhando visibilidade;
- n)** Programação dos planos semafóricos;
- o)** Deflagração do cruzamento e acompanhamento durante 7 dias para ajustes.

### **11.DA COMUNICAÇÃO**

**11.1.1** A comunicação entre CONTRATADA e a STMU deverá ser realizada através dos seguintes recursos:

**11.1.2** Via telefone fixo: A CONTRATADA deverá disponibilizar uma linha que estará disponível durante os períodos do contrato.

**11.1.3** Via telefones móveis: Além dos smartphones que as equipes deverão possuir, a CONTRATADA deverá disponibilizar 02 (dois) smartphones corporativos para a comunicação com os responsáveis pela STMU.





- 11.1.4** Via plano de dados: A CONTRATADA deverá disponibilizar plano de dados e voz para todos os smartphones envolvidos neste contrato, para a comunicação via dados (mensagens de texto, áudios, vídeos e fotos), e para criação de grupos de discussão.
- 11.1.5** Via Email. A CONTRATADA deverá disponibilizar e informar a CONTRATADA os e-mails para comunicação.
- 11.1.6** A CONTRATADA deverá disponibilizar, de forma definitiva, à STMU um Notebook (Windows, pacote office), configuração mínima i7, 10ª geração, memória de 16GB; placa de vídeo 2GB e tamanho de 15,6";
- 11.1.7** Comunicação com o Centro de Segurança Integrado - CSI da Secretaria de Segurança Urbana
- 11.1.8** O CSI poderá fazer a comunicação para a solução de problemas emergenciais, portanto a comunicação, via telefones móveis e plano de dados, deverá estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo os feriados.

## **12. REQUISITOS EXIGIDOS**

- 12.1.1** Para maior agilidade nos trabalhos objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá estar em um raio de até 15 (quinze) quilômetros da Praça dos Expedicionários (Centro), com toda a infraestrutura necessária para acomodar todas as equipes e laboratório para manutenção.
- 12.1.2** A equipe de Administração poderá estar localizada na sede da empresa.
- 12.1.3** Caso a empresa não possua infraestrutura distante do perímetro estabelecido, a mesma terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, para instalação, no Município de Poá, de Escritório com capacidade operacional, para manter todos os entendimentos que se fizerem necessários, com a CONTRATADA.
- 12.1.4** A empresa poderá utilizar infraestrutura terceirizada ou subcontratada para alocação dos equipamentos e suporte para as manutenções e guarda de materiais de sinalização para reposição no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

## **13. BOLETINS DE MEDIÇÃO, PLANILHA SINTÉTICA E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

### **13.1.1 BOLETINS DE MEDIÇÃO – OBRIGAÇÕES E PREENCHIMENTO**



**13.1.2A** CONTRATADA deverá apresentar boletins de medição mensais, devidamente preenchidos, conforme modelos estabelecidos para implantação e manutenção (preventiva, corretiva e de emergência).

**13.1.3** Conteúdo mínimo exigido nos boletins:

- a)** Identificação da obra (projeto, endereço, bairro, trecho);
- b)** Data da execução e horário de início e término;
- c)** Descrição detalhada dos serviços executados (colocação, substituição, retirada, lavagem, inspeção);
- d)** Quantitativo executado por item;
- e)** Consumo de materiais (quando aplicável);
- f)** Identificação da equipe (encarregado, motorista, eletricista, ajudantes);
- g)** Equipamentos utilizados;
- h)** Assinaturas obrigatórias: responsável técnico da CONTRATADA e CONTRATANTE.

## **13.2 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

**13.2.1** O relatório fotográfico será exigido para as intervenções de manutenção (quando puder ser evidenciado o problema) e implantação, e deverá conter:

- a)** Fotografias coloridas datadas, com identificação do local (nome da via, cruzamento ou trecho);
- b)** Registros do estado do equipamento/material antes da intervenção;
- c)** Registros durante a execução dos serviços;
- d)** Registros após a conclusão dos serviços, evidenciando a correta implantação ou manutenção;
- e)** Imagens detalhadas dos dispositivos implantados (colunas, grupos focais, botoeiras, etc.);

**13.2.2** As fotografias devem ser agrupadas em relatório próprio, numeradas e organizadas para facilitar a verificação pela fiscalização.

## **13.3 INTEGRAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**



**13.3.1** Somente serão aceitas para efeito de medição e pagamento as intervenções que estiverem acompanhadas:

**13.3.2** Dos boletins de medição diários devidamente preenchidos e assinados;

**13.3.3** Do relatório fotográfico da execução.

#### **13.4** DEMAIS SERVIÇOS

**13.4.1** Para os serviços de Elaboração de Projeto (item 3 da tabela 1), deverá ser apresentado o protocolo de entrega do Projeto de Sinalização;

**13.4.2** Para os serviços de Coordenador Geral (item 4 da tabela 1), deverá constar apenas a quantidade de horas empenhadas e o resumo dos serviços quando necessário.

#### **13.5** MODELOS E PADRÕES

**13.5.1** Os modelos de boletins de medição constantes no Anexo II deste Termo de Referência deverão ser rigorosamente seguidos. Qualquer adaptação deverá ser prévia e expressamente aprovada pela fiscalização.

#### **13.6** PRAZOS

##### **13.6.1** LEVANTAMENTO PRELIMINAR/VISTORIA:

**13.6.2** Os serviços devem ser iniciados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Ordem de Serviço com prazo de 30 (trinta) dias.

##### **13.7** MODERNIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO:

**13.7.1** Os serviços devem ser iniciados em até 15 (quinze) dias do recebimento da Ordem de Serviço com prazo de 60 (sessenta) dias.

##### **13.8** Implantação da Sinalização:

**13.8.1** Os serviços devem ser iniciados em até 10 (dez) dias do recebimento da Ordem de Serviço com prazo de 10 (dez) dias por cruzamento.

##### **13.9** ELABORAÇÃO DOS PROJETOS:

**13.9.1** Os serviços devem ser iniciados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Ordem de Serviço com prazo de 10 (dez) dias por cruzamento.



#### 14.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 14.1O** prazo de vigência do contrato será de **05 (cinco) anos**, contado a partir de sua assinatura, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua dos serviços, a necessidade de amortização dos investimentos vinculados à modernização e implantação da sinalização semafórica, bem como a manutenção da vantajosidade técnica e econômica para a Administração Pública.
- 14.2O** prazo de vigência do contrato poderá ter sua duração prorrogada por sucessivos períodos até que seja atingido o limite legal de **10 (dez) anos**, observada a necessidade de ateste pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

#### 15.DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 15.1**Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2O** contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3**Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.4**Para os serviços previstos no item 2 da Tabela 1 – “Gestão Semafórica B (Implantação e Gestão)”, a supressão quantitativa dos cruzamentos semafóricos implantados poderá ocorrer após decorrido o período mínimo de amortização de 48 (quarenta e oito) meses, considerando os investimentos realizados pela CONTRATADA para implantação, fornecimento de equipamentos, materiais e infraestrutura vinculados ao objeto contratual.
- 15.4.1**Caso haja necessidade de supressão antes do período mínimo de amortização previsto no item anterior, deverá ser assegurado a devida justificativa técnica e



o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante indenização dos investimentos não amortizados ou autorização para retirada, pela CONTRATADA, dos equipamentos e materiais implantados relativos aos cruzamentos suprimidos.

**15.5** Os acréscimos quantitativos relacionados à implantação de novos cruzamentos semaforizados poderão ser realizados mediante celebração de termo aditivo, observados os limites legais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, a disponibilidade orçamentária e a compatibilidade técnica com o objeto contratado.

**15.6** Os conjuntos semafóricos, equipamentos, materiais, dispositivos e demais ativos implantados durante os primeiros 12 (doze) meses de execução contratual serão incorporados definitivamente ao patrimônio do Município ao término da vigência contratual, observado o cumprimento integral das obrigações pactuadas pela CONTRATADA.

**15.7** Os conjuntos semafóricos, equipamentos, materiais, dispositivos e demais ativos implantados a partir do 13º (décimo terceiro) mês de execução contratual poderão ser incorporados ao patrimônio do Município ao término do contrato, mediante concordância formal da CONTRATADA, considerando o prazo remanescente de amortização dos investimentos realizados.

## **16. REAJUSTE**

**16.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/01/2026.

**16.2** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do **Índice Geral de Preços de Mercado – IGP/FGV**, ou na falta deste, por outro que o substitua, de acordo com a legislação federal, especialmente a Lei Federal nº 10.192/01, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



## **17. QUALIDADE TÉCNICA E RESPONSABILIDADE**

**17.1A** CONTRATADA será responsável pela integridade, qualidade técnica e dos serviços realizados, relatórios e projetos entregues, devendo garantir que todos os produtos finais estejam em conformidade com os padrões técnicos exigidos, normas aplicáveis e o disposto no Termo de Referência.

**17.2** Caso sejam identificadas falhas técnicas, omissões, inconsistências ou dados incompatíveis com a realidade observada, a CONTRATADA deverá, às suas expensas, proceder com as devidas correções e atualizações, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, a contar da notificação formal da Administração, salvo prazo diverso acordado por motivo justificado.

**17.3** Uma vez notificado, o CONTRATADO realizará a retificação que apresentar vício ou inconsistência e no prazo de até dez (10) dias úteis, contados a partir da data da notificação, deverá entregar o serviço.

**17.4** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do CONTRATADO, aceita pelo CONTRATANTE.

**17.5** Os produtos entregues serão considerados aceitos somente após validação técnica da Administração, sendo o aceite condicionado à verificação de sua conformidade com o objeto contratual. A recusa ou devolução não caracterizará inadimplemento da Administração, desde que devidamente justificada.

**17.6A** responsabilidade da CONTRATADA por falhas técnicas permanece mesmo após o encerramento da vigência contratual, nos limites estabelecidos pela legislação civil, responsabilidade técnica e contratual aplicável, especialmente no que diz respeito à eventual responsabilidade decorrente de erro na execução do projeto.

## **18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**18.1** Será procedida pela unidade CONTRATANTE a designação de agentes públicos para atuarem como Fiscal e Gestor dos contratos que sobrevierem deste certame licitatório, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e





obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024).

## **18.2DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**18.2.1** Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de Fiscal do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:

- a) acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da CONTRATADA, das faltas ou defeitos observados;
- b) recepcionar da CONTRATADA, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e no regulamento da Secretaria de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los ao Gestor do contrato;
- c) verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;
- d) manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- e) consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

## **18.3DA GESTÃO CONTRATUAL**



**18.3.1** Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado Gestor do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:

- a) acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- b) ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- c) executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;
- d) expedir a Ordem de Serviço, no caso de prestação de serviços;
- e) encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;
- f) atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- g) manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;
- h) dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- i) verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em regulamento da



Secretaria Municipal de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

j)executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário:

k)emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do contrato;

**18.3.2**Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **19.CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **19.1DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**19.1.1**Para os serviços de Gestão Semafórica, os mesmos serão pagos mensalmente, em até 30 (trinta) após apresentação da medição.

**19.1.2**Os Boletins de Medição, contendo os materiais implantados, substituídos e/ou mantencionados, deverão fazer parte do pedido de medição/pagamento.

**19.1.3**A não apresentação dos boletins de medição corretamente preenchidos, assinados e compatíveis com os serviços executados, implicará no não reconhecimento da medição correspondente, suspensão do pagamento.

**19.1.4**Todos os boletins farão parte do processo formal de prestação de contas, pagamento e controle da execução contratual, podendo ser exigidos a qualquer tempo para fins de auditoria ou responsabilização.



- 19.1.5** Para os serviços de desenvolvimento de Projeto, os mesmos serão pagos após a aprovação dos mesmos perante a CONTRATANTE, em até 30 dias da apresentação da medição.
- 19.1.6** Para os serviços de Coordenador Geral, os mesmos serão pagos mensalmente, em até 30 dias da apresentação de relatório básico com a descrição dos serviços realizados.
- 19.1.7** Após a aprovação, o Gestor autorizará a emissão da Nota fiscal correspondente, sendo que o mesmo ficará responsável pela autorização dos pagamentos e/ou apontamento de eventuais intercorrências a ele relacionadas.
- 19.1.8** Os critérios de medição deverão seguir a seguinte forma:
- a)** Gestão Semafórica: os pagamentos se darão através da gestão por cruzamento, ou seja, pagar um único e mensal valor para cada conjunto semafórico instalado por cruzamento, aí compreendido a instalação, a ativação, a manutenção de todos os tipos e pequenas adaptações que se façam necessárias ao longo do período.
  - b)** Elaboração de Projetos de Sinalização: Apresentação dos Projetos de Sinalização Semafórica para os semáforos a serem modernizados e implantados.
  - c)** Serviços de Coordenador Geral: Apresentação de relatório com a descrição dos serviços realizados.
- 19.1.9** Os Serviços elencados no item 2 da tabela 1, serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e no contrato.
- 19.1.10** As Notas Fiscais ou instrumentos de cobrança equivalentes deverão ser emitidos pelo contratado com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e lançado no Contrato.
- 19.1.11** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



- 19.1.12**O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade consequente aceitação dos serviços prestados pela CONTRATADA.
- 19.1.13**O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 19.1.14**No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 19.1.15**O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.1.16**O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **20.DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

### **20.1DO VALOR**

- 20.1.1**Pelo cumprimento do objeto contratado, o CONTRATANTE pagará ao Contratado, a quantia relativa aos serviços efetivamente, calculado de acordo com os preços constantes da proposta vencedora, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 20.1.2**Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que



venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

## **20.2 DO PAGAMENTO**

**20.2.1** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE À CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a efetiva prestação de serviços e apresentação da MEDIÇÃO, que deverá conter a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e os relatórios dos serviços executados no período.

**20.2.2** Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento.

**20.2.3** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

**20.2.4** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**20.2.5** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 11.2.1. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

**20.2.6** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**20.2.7** A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para:

- a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).





**20.2.8** Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**20.2.9** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**20.2.10** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**20.2.11** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **21.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**21.10** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## **22.DA HABILITAÇÃO**

**22.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:

**22.1.1** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;



b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, podendo ser acessado no sítio eletrônico ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, podendo ser acessado no sítio eletrônico (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**22.1.2**A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**22.1.3**Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**22.1.4**A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**22.1.5**O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**22.1.6**Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**22.1.7**É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**22.1.8**Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**22.1.9**Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



**22.1.10** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**22.1.11** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

## **22.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**22.2.1** Para fins de habilitação, a empresa melhor classificada deverá apresentar as seguintes documentações:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no



Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**22.2.2** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **22.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**22.3.1** Para fins de habilitação, a empresa melhor classificada deverá apresentar as seguintes documentações:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante.
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**22.3.2** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



**22.3.3O** fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **22.4QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**22.4.1** Para fins de qualificação econômico-financeira, a empresa melhor classificada deverá apresentar as seguintes documentações:

**22.4.2** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, comprovando:

**(ILG)** → igual ou superior a 1,00;

**(ILC)** → igual ou superior a 1,00;

**(IE)** → igual ou inferior a 0,50;

**22.4.2.a.** Os índices constantes do item 22.4.2. são usuais em certames licitatórios e admitidos como razoáveis em regra geral pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme se depreende de vasto repertório jurisprudencial e do Manual de Boas Práticas editado pelo TCESP (ed. 24/01/2023)<sup>1</sup>, e, serão calculados conforme segue:

**ILG** =  $(AC + RLP) / (PC + ELP)$

**ILC** =  $(AC / PC)$

**IE** =  $(PC + ELP / AT)$

**ONDE:**

<b>ILG</b> = Índice de Liquidez Geral	<b>PC</b> = Passivo Circulante
<b>ILC</b> = Índice de Liquidez Corrente	<b>RLP</b> = Realizável a Longo Prazo
<b>AC</b> = Ativo Circulante	<b>ELP</b> = Exigível a Longo Prazo
<b>IE</b> = Índice de Endividamento	<b>AT</b> = Ativo Total

<sup>1</sup> <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/licitacoes-e-contratos-principais-aspectos-fase-preparatoria-e-gestao-contratual-0>



**22.4.2.b.** Somente serão habilitadas as empresas que comprovarem o atendimento aos índices econômicos mínimos e máximos previstos no item 22.4.2., mediante a apresentação de declaração subscrita por profissional habilitado da área contábil, conforme disposto no art. 69, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**22.4.2.c.** As exigências constantes do item 19.4.2. limitar-se-ão ao último exercício social caso a licitante tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021.

**22.4.2.d.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura, conforme art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

**22.4.3.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**22.4.4.** Apresentar Prova de Capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

## **22.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**22.5.1** Para fins de qualificação técnica, a empresa melhor classificada deverá apresentar as seguintes documentações:

**22.5.2** Certidão de registro da empresa **no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, com prazo de validade em vigor.

**22.5.3** **Declaração** timbrada e subscrita pelo representante legal da licitante (ou pelo representante legal da empresa líder do consórcio), **contendo a indicação do Profissional Técnico** que se responsabilizará pela execução dos serviços, nos termos do art. 67, I da L.F. nº 14.133 de 01 de abril de 2021.





**19.5.3.1.A** Declaração de que trata o subitem anterior, **deverá conter ainda o expresso compromisso do licitante em apresentar, para fins de contratação**, os seguintes documentos:

**a. Certidão de Registro do Responsável Técnico** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA com prazo de validade em vigor;

**b. Documento idôneo** que constitua o compromisso assumido pelo Responsável Técnico indicado perante a licitante, podendo ser: **carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, atos constitutivos da empresa ou declaração de contratação futura, na forma do ACÓRDÃO TCU - N° 2353/2024 / 2ª Câmara.**

**22.5.4 Atestado(s) de desempenho**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando quantidades, prazos ou outros dados característicos dos serviços realizados, capaz de comprovar a aptidão da licitante para a execução dos serviços de gestão de sinalização semafórica, com implantação e manutenção, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação e/ou ao item da participação, com no mínimo 50% das quantidades constantes da tabela 1 (itens 1 e 2), nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, **devidamente registrados no Conselho Profissional competente.**

**22.5.4.1.1** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de quantos atestados forem necessários, desde que todos estejam em conformidade com os requisitos expressos no item 22.5.4.

**22.5.4.1.2** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**22.5.4.1.3** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação,



endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **22.6 OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**22.6.1** Para fins de outras comprovações, a empresa melhor classificada deverá apresentar as seguintes documentações:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador, com o número da identidade e do CPF (MF) do declarante.
- b) Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, bem como não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme disposições contidas no inciso VI do artigo 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- c) Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, atualizada pela LC 147/2014, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
- d) Declaração, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposições contidas no parágrafo primeiro do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- e) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposições contidas no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021.



f) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

**22.6.2A** declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **23.DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**23.1O** critério de julgamento aplicado ao presente certame licitatório será o MENOR PREÇO GLOBAL.

## **24.OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO**

### **24.1OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para fins de liquidação e pagamento, nos casos em que houver controvérsia quanto à dimensão, qualidade ou quantidade do objeto executado, conforme disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;



- i) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- j) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**24.1.1A** Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**24.1.2A** Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

## **24.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO;**

**24.2.1O** CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- b)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c)** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos



pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- f)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- g)** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- i)** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- k)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- l)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.



**24.2.2** Com relação à obrigação delineada no subitem 22.6.1 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 25.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**25.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos próprios, cuja dotação orçamentária consignada no Orçamento Municipal é:

Despesa	Órgão	Econômica	Funcional	Ação	Fonte	Cód. de aplicação
636	15.02.00	3.3.90.39.00	26.782.8001	2265	01	410.0000

## 26.DA JUSTIFICATIVA PARA BANCO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES SIMILARES

**26.1** Banco de Preços (Tabelas Oficiais):

**26.1.1** Para a estimativa do valor da contratação, utilizou-se como fonte de pesquisa as tabelas oficiais de preços unitários disponibilizadas por órgãos públicos de referência, a exemplo da Tabela Siurb – PMSP, atualizada em janeiro de 2025.

**26.2** Licitações Similares realizadas por outros municípios:

**26.2.1** Complementarmente, realizou-se pesquisa de mercado junto a empresas do ramo com objeto social compatível com o objeto da licitação. A utilização desses referenciais possibilita aferir valores praticados em contratos vigentes e compatíveis com a solução pretendida pelo Município de Poá, sobretudo quanto à gestão técnica, implantação, modernização e manutenção do parque semafórico.

## 27.DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)**, e, foi obtido após a realização da cotação e balizamento de preços, conforme procedimentos entabulados por meio do art. 25 do Decreto Municipal nº 8.409/2024.





**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ**  
**REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026**  
**Processo nº. 9.165/2025**

A empresa .....estabelecida na ....., nº. ...., complemento ....., Bairro ....., Cidade....., Estado....., CNPJ nº. ...., telefone ....., FAX: .....E-mail: ....., pela presente, propõe o fornecimento do objeto descrito no Anexo I – Características e Especificações Técnicas do Objeto do edital de Pregão Eletrônico nº 026/2026 nas seguintes condições:

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na gestão técnica do parque semaforico, incluindo a modernização, implantação e manutenção preventiva e corretiva, objetivando manter o sistema em pleno funcionamento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	Gestão semaforica A (modernização e gestão)	10	Cruz./mês	R\$.....	R\$.....
2	Gestão semaforica B (implantação e gestão)	3	Cruz./mês	R\$.....	R\$.....
3	Elaboração de Projeto de Sinalização Semaforica	13	Proj.	R\$.....	R\$.....
4	Coordenador Geral	64	h/mês	R\$.....	R\$.....
Total Geral				R\$.....	

**Preço mensal dos serviços:** R\$ ..... (.....)

**Preço Global:** R\$ ..... (.....)

Declaramos que o preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

**Prazo de validade da Proposta:** 90 dias.



**Prazo de Pagamento:** O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) após apresentação da medição.

**Prazo de execução:** Os serviços deverão ser executados durante o período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Declaro expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e nos seus Anexos, bem como que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com o fornecimento de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas no Edital de PREGÃO e seus Anexos.

Data / Representante Legal da Empresa / (Carimbo do CNPJ da Empresa) / RG nº / CPF nº



### ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º \_\_\_\_/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 026/2026**

Por meio do presente, de um lado a Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, entidade jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob número 55.021.455/0001-85, com sede nesta cidade, à Avenida Brasil, número 198 – Bairro Centro – Poá - SP, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, Sr. Tiago Corrêa da Silva, autoridade competente por delegação, designado nos termos do Decreto Municipal n° 7.960, de 14 de dezembro de 2021, alterado pelo Decreto Municipal n° 8.194, de 03 de novembro de 2022, e de outro lado a empresa: \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob número \_\_\_\_\_, entidade jurídica de direito privado, estabelecida à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG n° \_\_\_\_\_, e devidamente inscrito no CPF/MF sob número \_\_\_\_\_, RESOLVEM, observados os resultados decorrentes do julgamento do **Pregão Eletrônico n° 026/2026**, processo administrativo n.º 9.165/2026, CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO, de acordo com as condições previstas no Edital de licitação, e, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 8.409, de 05 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II da L.F. N° 14.133/2021)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na gestão técnica do parque semafórico, incluindo a modernização, implantação e manutenção preventiva e corretiva, objetivando manter o sistema em pleno funcionamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal da Transporte e Mobilidade Urbana.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, os anexos que integram o Pregão Eletrônico n° 026/2026, quais sejam:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V da L.F. N° 14.133/2021)**

**2.1.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	Gestão semaforica A (modernização e gestão)	10	Cruz./mês	R\$.....	R\$.....
2	Gestão semaforica B (implantação e gestão)	3	Cruz./mês	R\$.....	R\$.....
3	Elaboração de Projeto de Sinalização Semaforica	13	Proj.	R\$.....	R\$.....
4	Coordenador Geral	64	h/mês	R\$.....	R\$.....
Valor Mensal				R\$.....	
Valor Anual				R\$.....	

**2.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS (art. 92, V e VI da L.F. Nº 14.133/2021)**

**3.1.** Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao Contratado, a quantia relativa aos serviços efetivamente executados no período de referência, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

**3.2.** Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

**3.3.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE À CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a efetiva prestação de serviços e apresentação da MEDIÇÃO, que deverá conter a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e os relatórios dos serviços executados no período.

**3.4.** Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento. N



**3.5.** No montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

**3.6.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**3.7.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 3.2. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**3.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.9.** A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

**3.10.** Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**3.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**3.12.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**3.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO ([art. 92, IV da L.F. Nº 14.133/2021](#))**



**4.1.** A presente contratação adotará como regime de execução o menor preço global, de conformidade com as disposições constantes do Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação, e com a proposta ofertada pela Contratada.

**4.2.** A contratação de tais itens por meio de uma única empresa, visa facilitar, promovendo eficiência na gestão e redução de prazos na eventual resolução de problemas, portanto, é imperioso para o êxito desta contratação que seja a mesma empresa a implementar os itens que integram o objeto da presente licitação, servindo como única interlocutora da CONTRATANTE e mantendo a gestão total das atividades do projeto, o que justifica a adoção do critério de menor preço global.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contado a partir de sua assinatura, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua dos serviços, a necessidade de amortização dos investimentos vinculados à modernização e implantação da sinalização semafórica, bem como a manutenção da vantajosidade técnica e econômica para a Administração Pública.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO**

**6.1.** O prazo de vigência do contrato poderá ter sua duração prorrogada por sucessivos períodos até que seja atingido o limite legal de 10 (dez) anos, observada a necessidade de ateste pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

**6.2.** Durante a vigência contratual, mediante termo de aditamento, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades ajustadas nos anexos do instrumento convocatório, mantidas as condições comerciais pactuadas.

**6.3.** Para os serviços especificados no item 7.2.1, subitem “a” do Termo de referência, a supressão só será permitida após decorrido 48 meses a partir da inclusão do cruzamento na medição mensal, motivo pelo qual os custos iniciais de implantação e/ou modernização possam ser amortizados durante o período supra mencionado.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO ADITAMENTO**

**7.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.





## CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

**8.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no artigo 125, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente.

**8.3.** Nenhum acréscimo poderá exceder o limite acima estabelecido, facultada a supressão do limite nele estabelecido, mediante acordo entre as partes, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21.

**8.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLAUSULA NONA – DO REAJUSTE ([art. 25, §7º da L.F. Nº 14.133/2021](#))

**9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/01/2026.

**9.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do **índice Geral de Preços de Mercado – IGP/FGV**, ou na falta deste, por outro que o substitua, de acordo com a legislação federal, especialmente a Lei Federal nº 10.192/01, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, VII e XVIII](#))

**10.1.** Será procedida pela unidade contratante a designação de agentes públicos para atuarem como Fiscal e Gestor dos contratos que sobrevierem deste certame licitatório, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o



exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024).

## 10.2.DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**10.2.1.** Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de **Fiscal do(s) Contrato(s)**, conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:

- a.** acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;
- b.** recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e no regulamento da Secretaria de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los ao Gestor do contrato;
- c.** verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido na Ata de Registro de Preços, na Autorização de Fornecimento, no Contrato ou em documentos de natureza similar, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;
- d.** manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- e.** consultar a secretaria gerenciadora dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

## 10.3. DA GESTÃO DO CONTRATO

**10.3.1.** Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado **Gestor do(s) Contrato(s)**, conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:

- a.** acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- b.** ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- c.** executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;
- d.** expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços, quando houver;
- e.** encaminhar cópia da Ata de Registros firmada, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;



- f. atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- g. manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;
- h. dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- i. verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em regulamento da Secretaria Municipal de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;
- j. executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário.
- k. emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do contrato;

**10.4.** Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1.** A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato no todo ou em parte a terceiros, sob pena de rescisão do ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

**12.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**12.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**12.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



**12.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

**12.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

**12.8.** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**12.9.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**12.10.** Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**12.12.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**13.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**13.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**13.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.4.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



**13.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**13.6.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**13.7.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**13.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**13.9.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**13.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**13.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.12.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.13.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**13.14.** Com relação à obrigação delineada no subitem 13.2.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**14.1.** As condições inerentes ao recebimento do objeto são aquelas que constam do Termo de Referência da Licitação, parte integrante deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**



**15.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**15.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**15.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**15.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**15.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**15.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**15.7.** O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**15.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**15.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**15.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**15.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**15.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.





**15.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
  - a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - b) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - c) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 14.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 14.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.
  - f) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 14.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.



**g)** Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 14.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

**h)** Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 14.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato.

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.9.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**16.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e



sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**16.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

**17.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**17.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**17.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**17.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c.** Indenizações e multas.

**17.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**17.6.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**17.7.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

**17.8.** O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**17.9.** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**17.10.** Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

**17.10.1.** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

**17.10.2.** os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**17.11.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

**18.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada;

Despesa	Órgão	Econômica	Funcional	Ação	Fonte	Cod. de Apl.
636	15.02.00	3.3.90.39.00	26 782 0015	2265	01	4100000



**18.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).**

**19.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO (art. 92, §1º).**

**21.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Poá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Por estarem de acordo, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também o assinam.

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ, emitido em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.**

\_\_\_\_\_  
**- CONTRATADA -**

\_\_\_\_\_  
Tiago Correa da Silva  
- Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana -  
Autoridade competente por delegação nos termos do Decreto Municipal nº 7.960/21

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG N°:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG N°: